

Nós vos pedimos com insistência:
não digam nunca “isso é natural”
diante dos acontecimentos de cada dia,
numa época em que reina a confusão,
em que corre sangue
em que o arbitrário tem a força de lei,
em que a humanidade
se desumaniza,
não digam nunca:
“isso é natural”
para que nada passe
a ser imutável!

Bertolt Brecht



Apresentação	5
I – Histórico	7
II – Os Problemas Fundamentais da Realidade Brasileira	11
III – Alternativas: O que é preciso fazer para mudar o Brasil?	21
IV – O que é uma Assembléia Popular	33
V – Exigências da Participação Popular nos Destinos do País	43
VI – Propostas de Ação e Calendário	45
Anexo – Questionário para o mutirão de trabalho de base “Que Brasil Nós Queremos”	49

No ano de 2002, foi preparada uma cartilha intitulada “Para Entender a ALCA”, que foi um instrumento que contribuiu para a compreensão de milhares de pessoas sobre o que é a ALCA e os seus efeitos. Foram mais de 400 mil exemplares. A cartilha nos ajudou a organizar, a fazer o debate preparatório para o Plebiscito sobre a ALCA, quando mais de 150 mil voluntários se envolveram, tanto no processo formativo como também na própria semana de realização do Plebiscito. Mais de 10 milhões de pessoas foram aos locais de votação, voluntariamente, para dar a sua opinião. E mais de 90% dos que votaram no Plebiscito deram sua opinião contrária à implantação da ALCA.

Em 2003, dando continuidade ao processo de formação e informação sobre a ALCA, ampliando o nosso debate e fortalecendo o trabalho que já vinha sendo realizado no âmbito da Dívida Externa, pela Auditoria Cidadã da Dívida, elaboramos mais uma cartilha, “Para Entender a ALCA 2”. Nesse período, ampliamos o debate para os eixos da Dívida Externa, dos Tratados de Livre Comércio e da Militarização. Foram mais de 150 mil cartilhas.

Essas duas cartilhas fazem parte de uma história de luta, de mobilização, de construção conjunta. Mas ainda não conseguimos derrotar o Império e, por isso, a nossa luta deve continuar, ainda mais articulada, mais forte. Nessa história – construída aqui no Brasil, mas articulada com nossos/as companheiros/as de toda a América Latina –, tivemos muitas vitórias. A luta não se encerrou com o Plebiscito realizado aqui no Brasil e em inúmeros outros países. Ampliamos a luta para outros eixos, buscando combater os tentáculos utilizados para que a ALCA vá se instalando aos poucos. Assim, reforçamos a luta pela água, pela terra, pela demarcação das terras indígenas e dos quilombolas, as lutas das mulheres do campo e da cidade, da juventude, dos atingidos por barragens,

dos pequenos agricultores, dos sem teto, dos desempregados/as, dos trabalhadores/as urbanos/as etc.

Como parte de toda essa luta, conseguimos mostrar que juntos somos fortes e estamos atentos às negociações dos diferentes tratados de livre comércio, assim como ao conjunto da política externa e comercial, tanto brasileira quanto mundial. E juntos vamos continuar a denunciar a guerra, a violência, a fome, o desemprego e a reforçar ainda mais a nossa luta pela dignidade e pela democracia defendendo sempre que o povo tem o direito de decidir e opinar.

Para darmos continuidade a essa luta e com o objetivo de contribuirmos na construção das Assembléias Populares, elaboramos mais esta cartilha, a de número 3. Ela traz uma reflexão histórica de nossa caminhada, das nossas lutas, nos ajuda a perceber o momento atual que estamos vivendo, procura apontar algumas alternativas e nos auxilia a entender o que são as Assembléias Populares e como realizá-las.

Também estamos propondo mais um instrumento, que faz parte desta cartilha, um questionário para ser multiplicado e discutido nos mais distintos locais: escolas, universidades, no campo, na cidade, nas famílias, nas comunidades, nos sindicatos, nas associações e em outros tantos lugares nos quais nos reunimos para debater, refletir, confraternizar, celebrar e lutar.

Bom trabalho.

COMISSÃO NACIONAL DA CAMPANHA CONTRA A ALCA MARÇO DE 2005



HISTÓRICO

Paz, justiça e solidariedade são sonhos permanentes, inscritos nos nossos corações e nos corações dos povos. Não há como construir essa nova sociedade sem a participação de todas as forças democráticas do país. A democracia se fundamenta nos valores de justiça, igualdade, solidariedade, pluralismo e dignidade de todos e todas. Não é possível haver democracia sem a participação do povo e das forças populares organizadas.

“Reinventar a democracia”. Esse projeto deve nos animar e alegrar enquanto cidadãos apaixonados pela justiça, pela dignidade e liberdade. Desde a sua fundação, a Campanha Jubileu contra as Dívidas e contra a ALCA colocou a democracia no coração de sua prática e do seu horizonte. No momento de querer superar os desânimos e “recarregar as baterias”, nada mais natural que esse “reinventar a democracia”. Projeto grande e bonito! Nada fácil, sabemos, pois as forças opostas são poderosas e violentas, mas para arar profundamente a terra é bom possuir uma boa ferramenta.

Durante anos, a Campanha mobilizou as energias, empolgou milhares de companheiros e companheiras militantes. Ela foi, e ainda é, um riquíssimo processo de participação, de reflexão, debates, de formação, de organização, mobilização e ação. Uma magnífica escola de formação democrática e cidadã. A Campanha foi, nos últimos anos, um dos maiores processos de educação política do povo brasileiro.

Podemos situar nossa luta dentro do processo histórico, cujos antecedentes estão no movimento de organização e expressão do povo brasileiro, desde o final dos anos 70, quando surgiu um novo sindicalismo e greves pipocaram em muitas fábricas. Ao sair da ditadura, as forças populares se orientaram na mobilização para as

“Diretas Já” e, posteriormente, para a elaboração da nova Constituição Federal, de 1988. Aos poucos, os movimentos sociais (camponeses/as, trabalhadores/as urbanos/as, jovens, mulheres, negros, povos indígenas, etc), sindicais, pastorais foram se articulando em níveis crescentes.

De 1997 a 1999, as pastorais sociais, junto com numerosos parceiros partilhando as mesmas visões e valores, organizaram a “Terceira Semana Social Brasileira” sobre o resgate das dívidas sociais da sociedade brasileira. Na raiz de tantas dívidas encontrava-se sempre a dívida externa. Num Simpósio em Brasília sobre a dívida externa, em julho de 1998, analisou-se as suas causas e conseqüências. A Campanha nasceu durante este Simpósio e chamou-se então: Campanha Jubileu 2000 contra a Dívida Externa.

Para ampliar a mobilização, no final do Simpósio, a Campanha decidiu organizar um Tribunal da Dívida Externa durante três dias, em maio de 1999 no Rio de Janeiro. Mais de 2 mil pessoas participaram. O veredicto final ainda é muito atual para entender o processo do endividamento e suas dramáticas conseqüências sociais e políticas. Depois do Tribunal, a Campanha procurou continuar o processo de debates, participação e organização sobre a problemática da dívida externa. Surgiu, então, a proposta audaciosa de organizar um Plebiscito Nacional no ano 2000, durante a Semana da Pátria (1 a 7 de setembro). Durante os meses de preparação, o país todo debateu o tema da dívida externa. Foi uma mobilização de massa. Mais de 6 milhões de cidadãos votaram no Plebiscito.

Em 2001, a Campanha orientou as suas energias para a realização de uma Auditoria da Dívida, para trazer à luz quem promoveu as dívidas e quem se beneficia delas. No entanto, aos poucos, o tema da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) se tornou prioritário e a Campanha organizou um segundo Plebiscito. Foi outra vitória política da sociedade civil organizada. Nas ruas, escolas, fábricas, nos ônibus e nos trens, falou-se da soberania do país ameaçada por este acordo comercial totalmente desigual, que significaria uma neocolonização institucionalizada, do Brasil e de toda América Latina, pelos Estados Unidos. Ocorreram milhares de de-

bates públicos. Mais de 10 milhões de pessoas votaram. Essa iniciativa representou certamente uma das maiores manifestações democráticas na história do país.

Em 2003, a Campanha juntou mais de três milhões de assinaturas num abaixo assinado para que fosse organizado um Plebiscito Oficial sobre a Auditoria Pública da Dívida, prevista pela Constituição, sobre a ALCA e sobre a Base de Alcântara. Essa grande mobilização não foi considerada pelo governo. Hoje, várias entidades, coordenadas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), tentam aprovar um Projeto de Lei na Câmara dos Deputados que reconheça ao povo a autoridade de exigir do Congresso a realização de consultas públicas, plebiscitos e referendos para que os cidadãos possam se expressar sobre temas importantes para o futuro do país.

Em 2003 e 2004, a Campanha contra a ALCA acompanhou de perto as negociações do novo governo, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) – a nova rodada comercial de Doha –, do acordo entre o Mercosul e a União Européia, e da própria ALCA. A mobilização popular crescente, não só no Brasil, mas no conjunto do continente, teve um importante impacto no processo de “congelamento” das negociações.

A Campanha se articulou mais ainda durante as cinco edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (Brasil) e em Mumbai (Índia). No segundo FSM, em 2002, a Campanha Jubileu Sul organizou, em conjunto com outras entidades, o Tribunal Internacional da Dívida, com a participação de 2,5 mil pessoas e representantes de mais de 30 países. Esses grandes encontros mundiais foram momentos privilegiados para organizar e fortalecer a articulação entre muitos países sobre os temas das dívidas e do ‘livre’ comércio. Uma contribuição maior desta Campanha foi mostrar a estreita ligação entre dívidas, “livre comércio” e militarização como estratégia plural, mas única, de dominação por parte do Império Estadunidense, principal promotor do neoliberalismo.

Como conseguimos toda essa mobilização? Indicamos duas razões principais:

1. A cultura popular tem sido uma força permanente de criação. A criatividade, a habilidade e a coragem de tantas pessoas, comunidades e movimentos são a energia e a inspiração que alimentam os trabalhos das coordenações, seja de âmbito nacional, estadual ou local. Valores profundos de dedicação, participação, respeito democrático, pluralismo, esperança e trabalho em mutirão têm ajudado a superar as dificuldades para mobilizar as forças políticas da sociedade civil.
2. A metodologia também explica os bons resultados da Campanha Jubileu. Participação, criatividade, iniciativas na base, diversidade e qualidade dos materiais pedagógicos, dimensão política dos debates, unidade de forças civis e partidárias, articulação entre análise, reflexão e prática, etc., a Campanha Jubileu foi e continua sendo um laboratório e uma grande escola de formação para a democracia participativa.

Esperamos que este novo material, “Assembléias Populares: reinventando a democracia”, possa fortalecer tanto nossos sonhos como nossas práticas em favor de um mundo sem dívidas, sem repressão militar e com regras comerciais justas e igualitárias.



OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DA REALIDADE BRASILEIRA

O Brasil é um país grande e rico. Dentro dele cabem mais de 15 França! No território brasileiro existe a maior proporção do mundo de água doce, a mais rica biodiversidade e a maior quantidade e diversidade de minérios que se conhece. Ao mesmo tempo, é um país pobre, pois a maioria da sua população é carente de condições dignas de vida. As causas?

Primeiro, nossa história colonial. Antes de os europeus trazerem o “progresso” ao Novo Mundo, os povos indígenas viviam aqui em harmonia com a natureza e não sofriam de pobreza ou fome – o ambiente oferecia o necessário para a vida e a organização social das comunidades e facilitava a distribuição dos bens, segundo as necessidades. Eram 900 povos indígenas, num total de aproximadamente 6 milhões de pessoas em todo o território que é hoje brasileiro. As guerras e massacres, as tentativas de escravização e as doenças reduziram rapidamente essas populações, a ponto de hoje existirem, em todo o Brasil, 236 povos indígenas num total de 734 mil pessoas.

O colonialismo trouxe para o novo mundo a concentração de riqueza (terra, bens da natureza, depois dinheiro, fábricas, bancos), as desigualdades sociais e a destruição sistemática da natureza. O Brasil foi colônia de Portugal de 1500 até 1822. Foram 322 anos de perseguições, de roubo das riquezas naturais, extorsão por meio de tributos, escravidão e genocídio. Mas, depois, o Brasil continuou submetido à Inglaterra, depois aos Estados Unidos da América e, hoje, às empresas e bancos transnacionais.

Segundo, nossa história republicana tem como marca principal a injustiça e as desigualdades sociais. Os senhores coloniais cederam lugar às oligarquias rurais e urbanas. A riqueza sempre mais concentrada na mão de poucos é a principal matriz do empobrecimento. As várias formas de expulsar as famílias rurais das suas

terras têm provocado um êxodo contínuo para os centros urbanos. As cidades, por isso, estão superpovoadas e a falta de infra-estrutura básica para garantir uma vida digna a milhões de pessoas resulta em condições subumanas de vida, violência, atividades ilegais, degradação da dignidade das pessoas.

Terceiro, a modernização moldada nas práticas dos países ricos – cuja opulência resulta da exploração histórica dos recursos humanos e naturais dos países empobrecidos – é outro fator de empobrecimento. Modernizar é o pretexto que justifica a globalização, isto é, a abertura das fronteiras do país para os capitais do exterior. A ganância de controlar mercados, recursos, a ânsia de gerar lucros a todo custo e exportá-los para suas matrizes fazem de muitas empresas e bancos transnacionais verdadeiras aves de rapina dilacerando a carne e bebendo o sangue das camadas trabalhadoras, com a cumplicidade das elites políticas e econômicas nacionais.

Quando se fala em combate à pobreza, portanto, não basta dar comida a quem tem fome. É preciso não só compreender e atuar sobre o fato da pobreza, mas também sobre os fatores que criam a pobreza, isto é, sobre o empobrecimento como processo. Concentração de riqueza e de renda, desemprego, vulnerabilidade externa, carência de serviços básicos, como a educação e a saúde, relações de corrupção entre políticos e grandes empresas, estas são algumas das principais causas do empobrecimento de um país que é rico de recursos e pode ser rico de bem viver e felicidade para tod@s.

Concentração de renda e de riqueza

Existem diversos fatores que geram essa concentração. Entre os mais importantes está a falta de democracia econômica, que é definida como o direito de toda trabalhadora e todo trabalhador possuir, familiar ou coletivamente, os instrumentos de trabalho, o acesso aos recursos produtivos, aos créditos e aos mercados. Outro fator é a política fiscal dos governos, que define como gasto prioritário o pagamento dos juros das dívidas interna e externa aos banqueiros e, para isso, corta todos os outros gastos, em particular os de investimento em infra-estrutura e serviços públicos. Outro ainda é a política tributária, que beneficia os que têm muito e taxa, sobretudo, os consumidores com o argumento de que

taxar mais os ricos (grandes bancos, grandes proprietários) estimula-os a transferir seus capitais para o exterior! A falta de controles sobre as entradas e saídas de capital do país também é, portanto, um fator de concentração de riqueza e renda. Todos esses fatores podem ser superados ou suprimidos quando a população se mobilizar para pressionar o governo a adotar políticas que democratizem a renda e a riqueza!

LUCROS DOS PRINCIPAIS BANCOS EM 2004

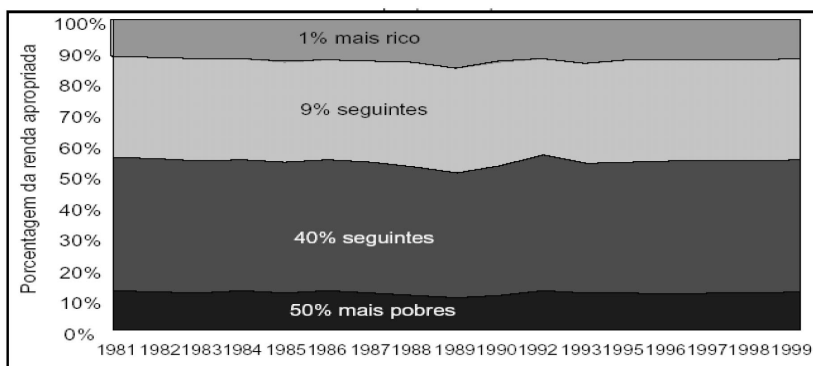
Banco	Lucro (R\$ bilhões)	De 1994 a 2003, os 10 maiores bancos aumentaram seus lucros em 1039% Fonte: ABM Consulting
Itaú	3,77	
Bradesco	3,6	
Unibanco	1,2	

O lucro líquido dos 27 bancos que já publicaram seus balanços de 2004 aumentou 22,4%, em relação a 2003
Fonte: Consultoria Austin Rating

O grupo Itaú registrou lucro líquido de R\$ 3,776 bilhões em 2004, o maior resultado da história do sistema bancário brasileiro
Fonte: Consultoria Econômica

O 1% mais rico da população brasileira possui a mesma fatia da renda nacional ganha pelos 50% mais pobres, vejam a tabela abaixo:

Parcelas da Renda Total Apropriada por Diferentes Classes de Renda



Fonte: Elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do IPEA, a partir da PNAD. Retirado do Estudo "Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002", do Ministério da Fazenda.

Nosso país possui a quarta maior concentração de renda do mundo, perdendo apenas para países muito pobres ou em guerra civil. O índice de Gini mede a concentração de renda e varia de zero a 1. Quanto mais próximo de 1, mais concentrada é a renda.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA NO MUNDO	
Países	Coefficiente Gini
1 Serra Leoa	0,629
2 República Centro-Africana	0,613
3 Suazilândia	0,609
4 Brasil	0,607
5 Nicaraguá	0,603

Fonte: ONUN-IDH2002

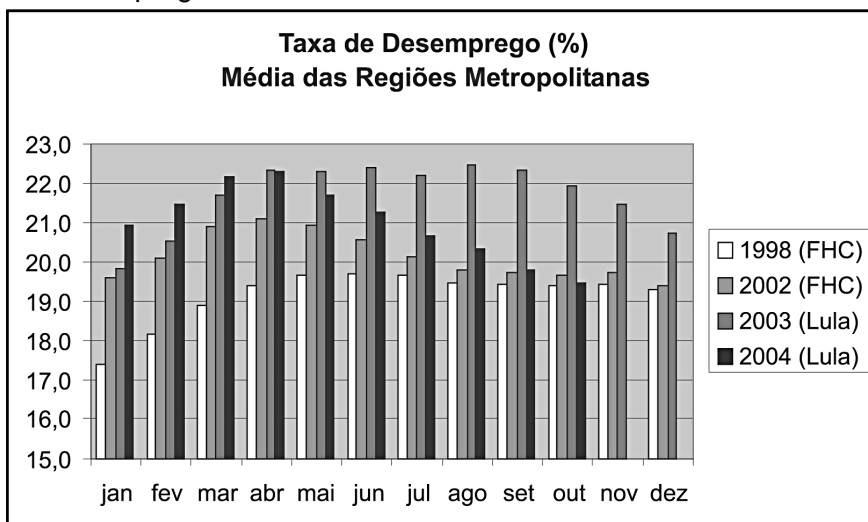
Desemprego

Imaginem uma população de 65 milhões de pessoas em condições de trabalhar e com um desemprego e subemprego que alcança 12 milhões de pessoas. O desemprego não é um problema de estatística. Ele põe em risco a sobrevivência de uma pessoa ou de uma família inteira. Trabalho é um direito humano! Devia ser a primeira prioridade da política econômica dos governos. No Brasil, existem metas para a inflação, mas não para a taxa de desemprego! Quanto mais progride a economia brasileira, maior é a aflição da maioria, privada de trabalho e com o poder de compra sempre mais comprimido. Mais da metade das pessoas que trabalham está na economia informal. A maior parte são mulheres e



jovens que não encontram trabalho no setor formal. Seus trabalhos não têm proteção legal nem segurança. Este é um fator de aprofundamento das desigualdades e de profundo sofrimento humano.

O desemprego no Brasil aumentou muito a partir do Plano Real, implementado em 1994, pois esse Plano abriu o país para os produtos importados. Ou seja, se os brasileiros compram produtos de outros países, as fábricas brasileiras não têm para quem vender, fecham e demitem seus funcionários. Desde então, o desemprego dobrou, e se mantém em níveis altíssimos até hoje. Vemos pelo gráfico seguinte que os níveis de desemprego de outubro/2004 (medidos pelo Dieese) ainda estão acima dos níveis de 1998. A geração de postos de trabalho durante 2004 – segundo o governo, a maior em muitos anos – apenas compensou a grande explosão do desemprego em 2003.



Fonte: DIEESE. Obs: Média das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Distrito Federal, Salvador, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte.

Há outras causas do desemprego:

- as altas taxas de juros que impedem as empresas de investirem e abrirem novos postos de trabalho;

- o pagamento da dívida pública que consome o dinheiro que poderia financiar obras públicas (estradas, escolas, etc), impedindo a geração de postos de trabalho.

Dependência externa

O Brasil sofre de dependência externa. Mas o que é isso? Significa que dependemos do dinheiro que vem de fora do país. E por que dependemos desse dinheiro?

1. Porque temos dívida externa, e temos que pagar as parcelas e os juros desta dívida para os credores internacionais. A dívida externa expressa o grau de dependência de capitais do exterior. No ano do golpe militar, 1964, esta dívida não passava de US\$ 3 bilhões. Nos 21 anos de ditadura, o Brasil pagou um total de US\$ 162,4 bilhões e quando ela terminou, em 1985, deixou o país com uma dívida de US\$ 95,9 bilhões! Isto porque o governo começou, especialmente a partir de 1982, a tomar empréstimos para pagar juros e não para produzir riquezas. Os governos civis que se seguiram fizeram a dívida saltar para US\$ 227 bilhões em 2002, enquanto o serviço da dívida somou US\$ 588 bilhões nesses 17 anos!

Quanto mais pagamos, mais devemos, esta é a consigna macabra que explica a crescente dependência externa do Brasil ao longo de cinco décadas!

2. Outro fator de vulnerabilidade externa é a compulsão de exportar para gerar divisas que, além de pagar pelas importações, sejam suficientes para pagar os juros daquela dívida.

3. Também temos que pagar as remessas de lucros das empresas estrangeiras aqui instaladas, pois essas mandam seus ganhos para seus países de origem. Mais de 50% da indústria nacional era subsidiária de empresas do exterior no fim de 2003. O avanço do controle dos capitais estrangeiros não se limita às nossas indústrias, mas afeta os produtos que consumimos na nossa vida de cada dia. Até para bebermos uma água mineral, escovarmos os dentes, ou tomarmos uma condução estamos pagando direitos

de propriedade aos capitais estrangeiros.

4. Também temos que pagar por serviços que utilizamos no exterior, como patentes (pela utilização de tecnologia estrangeira), navios estrangeiros (que utilizamos para vender ou comprar produtos do exterior), etc.

Para fazer estes pagamentos, necessitamos de dólares, a moeda norte-americana, única moeda aceita para transações internacionais. E como conseguimos esses dólares?

Uma forma é vendendo produtos para o exterior, cujos compradores nos pagam em dólares. Outra forma é atraindo os investidores estrangeiros, oferecendo-lhes altas taxas de juros, para que nos emprestem dinheiro. Assim, nossa dívida sofre um aumento constante, pois os juros que pagamos são muito altos, e estamos frequentemente tendo que recorrer a novos empréstimos para pagar os anteriores.

Vejam a tabela abaixo. Ela nos mostra o quanto conseguimos de dólares com a venda de produtos ao exterior (o chamado “superávit comercial”) e compara essa quantidade com o que temos que pagar aos outros países. Ao final, verificamos que o superávit comercial, de US\$ 33,7 bilhões, foi bem inferior ao total de despesas que tivemos de pagar: US\$ 59,1 bilhões.

Balança de Pagamentos – 2004 – Principais Variáveis

SUPERÁVIT COMERCIAL = US\$ 33, 7 BILHÕES

X

DESPESAS = US\$ 59,1 BILHÕES

AMORTIZAÇÕES DA DÍVIDA EXTERNA: US\$ 33,3 BILHÕES

JUROS DA DÍVIDA EXTERNA: US\$ 13,7 BILHÕES

REMESSA DE LUCROS: US\$ 7,3 BILHÕES

SERVIÇOS (Transportes, *Royalties*, etc): US\$ 4,8 BILHÕES



O QUE SERIA POSSÍVEL FAZER COM O DINHEIRO DO SUPERÁVIT PRIMÁRIO?

- Em 2004, o superávit primário das esferas federal, estadual e municipal FOI de R\$ 81 bilhões. Este dinheiro seria suficiente para:
- Construir 16 milhões de casas populares (de alvenaria, com 40 a 50 m², de acordo com método elaborado pela COPPE/UFRJ, ao custo unitário de R\$ 5 mil), o que eliminaria todo o déficit habitacional brasileiro.
- Assentar 2,3 milhões de famílias sem-terra, ou seja, metade de todos os sem-terra do Brasil.
- Gerar 4 milhões de empregos na agricultura (cujo custo médio por emprego gerado é de R\$ 20 mil).
- Distribuir um salário mínimo (de R\$ 260) mensal por um ano para 26 milhões de brasileiros.

“É indispensável decretar a moratória como forma de abrir um canal para a renegociação [da dívida]. Porém, temos de nos reestruturar para nos adaptarmos à baixa do capital externo, que será um impacto, mas não tão grande com apregoam alguns. Ninguém quer se fechar a negociar com o Brasil, que é um grande cliente.”

Celso Furtado

Para pagar nossos compromissos externos, temos de, freqüentemente, recorrer a empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) que, em troca, exige que o Brasil implemente políticas favoráveis aos grandes investidores internacionais. Dentre tais medidas, se destacam:

- a realização do “superávit primário”, que significa a reserva de grande parte dos recursos do orçamento público para o pagamento da dívida (ver quadro abaixo);
- a realização de reformas que tiram direitos dos trabalhadores, como a Reforma da Previdência, Trabalhista e a Lei de Falências (que privilegia os bancos, que agora terão maior prioridade no recebimento de créditos das empresas falidas, prejudicando os trabalhadores);
- a “independência do Banco Central”, que impedirá o governo brasileiro de poder influir em decisões chave da política econômica, como a determinação das taxas de juros e o controle da movimentação de capitais financeiros;
- a implementação da ALCA que significará o aumento das importações (elevando nossa dependência externa e o desemprego) e a perda de soberania do país.

Educação e Saúde

No exercício do Orçamento da União de 2004, R\$ 139,52 bilhões foram gastos com juros e amortização das dívidas públicas internas e externas. Este total equivale a 32% da despesa do ano, que foi de R\$ 458,80 bilhões. Deste total, foram autorizados R\$ 15 bilhões para a educação, mas apenas R\$ 11,1 bilhões foram efetivamente liberados – ou 74% do total autorizado. Esse valor equivale a somente 2,42% do total de gastos públicos em 2004¹!

Segundo o grande mestre Celso Furtado, ***“forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia,***

¹ Fonte: PACS, a partir da Consultoria de Orçamento e Prodases – Boletim Orçamento, INESC, ano III, n. 6, dezembro de 2004.

a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade". E é exatamente nessa ausência de razão em que se baseia o modelo econômico atual.

É necessário e urgente ampliar os níveis de educação e saúde da população. Não é possível manter mecanismos como o superávit primário e as altas taxas de juros em detrimento do investimento em fatores sociais, como educação, saúde, reforma agrária. A educação é um direito humano prioritário e inalienável, por toda a vida. Esse direito é essencial para o acesso aos demais direitos, para a construção de valores solidários, para a emancipação e o exercício da cidadania. As políticas públicas devem assegurar a concretização desses direitos. Os estados têm a obrigação de garantir de forma universal e gratuita, sem discriminação ou exclusão, o pleno direito a uma saúde e educação pública e emancipatória em todos os níveis e modalidades².



“Não estamos perdidos. Pelo contrário, venceremos se não tivermos desaprendido a aprender”.

Rosa Luxemburgo

² Carta da terceira edição do FÓRUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO

ALTERNATIVAS: O QUE É PRECISO PARA MUDAR O BRASIL?

1. É preciso distribuir a terra, demarcar os territórios indígenas e de quilombolas.

Um por cento dos proprietários de terras no país controla 48% das terras produtivas do País. Enquanto isso, uma massa de mais de 4,5 milhões de trabalhadores rurais está privada de acesso à terra e às condições produtivas indispensáveis para o sustento das suas famílias. Os povos indígenas e os remanescentes de quilombos, em grande parte, não possuem seus territórios demarcados e não estão livres de invasores – fazendeiros, madeireiros, empresas de mineração, ecoturismo, agronegócio etc.

Ao contrário, o que se deve garantir é que todas as famílias brasileiras que quiserem trabalhar na terra devem ter esse direito. Mas para isso é necessário:

- estabelecer o tamanho máximo da propriedade rural em no máximo 1 mil hectares e desapropriar todas as demais;
- desapropriar todas as fazendas de empresas transnacionais e de todos aqueles envolvidos em corrupção, trabalho escravo e agressão ao meio ambiente;
- distribuir a terra é torná-la fonte de emprego, alimentos e renda. É distribuir dignidade, segurança e cidadania.
- identificar, demarcar e homologar todos os territórios indígenas e de quilombolas existentes no país.

2. É preciso distribuir a riqueza

Em 2002, segundo a revista Forbes, havia no Brasil 75 mil

milionários em dólar. Em 2003, numa população de 180 milhões, eles passaram a 80 mil. O patrimônio de todos eles somava 1,750 trilhão de dólares! Esta quantia equivale a duas vezes a renda nacional do mesmo ano de 2003. Mais grave, a riqueza acumulada pelos 80 mil milionários brasileiros equivale ao somatório da dívida externa de todos os países em desenvolvimento de renda média, segundo o Banco Mundial. Enquanto isso, 53 milhões de habitantes do Brasil vivem abaixo da linha de pobreza, com menos de R\$ 90 por mês e sofrem de má nutrição. Outros 126 milhões têm rendimento inferior a cinco salários mínimos (R\$ 1,3 mil), estimados como o mínimo para uma vida familiar em condições de dignidade. Portanto, a maioria da população do Brasil é pobre ou miserável. É preciso:

- aumentar os salários de forma que ele garanta uma vida digna a todos os trabalhadores e trabalhadoras;
- aumentar o imposto de renda sobre os lucros das empresas e dos bancos. Impor altas taxas de impostos sobre as fortunas.



3. Recuperar nossa soberania e suspender o envio de capital para o exterior

É preciso acabar com a nossa atual dependência externa. Temos de superar o problema da dívida externa, produzir nossa própria tecnologia, e parar de consumir produtos importados caros, que somente servem às classes ricas. O governo poderia investir maciçamente na melhoria de serviços como saneamento, habitação popular, saúde, educação... Assim, a renda se desconcentraria, pois muitos empregos seriam gerados, e os mais pobres teriam acesso a serviços e bens básicos à sua sobrevivência.

- romper com o FMI e com o Banco Mundial;
- restaurar a preponderância do poder político na condução da política monetária, revogando a autonomia de fato do Banco Central;
- retirar-se imediatamente das negociações da ALCA e de suas congêneres com a União Européia, além de não permitir a privatização dos serviços públicos, orquestrada pela OMC;
- suspender o pagamento da dívida externa. Utilizar os recursos do não pagamento para programas em benefício de todo o povo, como: reforma agrária, habitação popular, criação de empregos, educação pública, saúde!
- reestruturar a dívida interna e revogar a Lei de Responsabilidade Fiscal (que transforma os investimentos públicos e a política social em variável de ajuste das contas públicas);

4. Controlar os bancos e o capital financeiro

Como foi descrito no item “Dependência Externa”, o Brasil precisa pagar altas taxas de juros para nossos credores, para que eles nos emprestem dinheiro. Assim, é muito mais vantajoso aos

bancos emprestem seu dinheiro ao governo, ao invés de financiarem fábricas, ou qualquer outro tipo de empreendimento, o que impede a geração de novos postos de trabalho. Para que possamos baixar nossas taxas de juros:

- nenhum país conseguiu se desenvolver sem controlar os bancos;
- imediata implantação de mecanismos de controle de entrada e saída de capitais especulativos;
- para o desenvolvimento de um Projeto Popular será necessário controlar os bancos e utilizar os recursos para o desenvolvimento da produção e do emprego;
- a dívida interna do governo já foi paga muitas vezes. A dívida pública com os bancos também deve ser controlada.

5. Moradia com dignidade para todos e todas

São mais de 11 milhões de moradias necessárias para atender as famílias de sem teto que se acumulam nas cidades brasileiras. Basta circular pelas periferias das cidades ou pelas ruas dos centros urbanos para ver em que condição está vivendo a população brasileira. Qual a solução?

- todos os terrenos vazios nas cidades deveriam ser desapropriados e destinados a programas de habitação.
- impor pesados impostos sobre quem explora aluguel. Ninguém tem o direito de viver de renda, explorando a necessidade de moradia do povo.
- fazer um grande programa de habitação popular, que estimularia a indústria da construção civil, gerando assim milhões de empregos e resolvendo o problema dos sem casa.
- todo financiamento público seria apenas para moradia popular.

6. Reorganizar a produção na indústria e na agricultura

É preciso que nossa economia se oriente para a produção de produtos e serviços consumidos pelos mais pobres, que podem ser produzidos aqui mesmo no Brasil, gerando muitos empregos. A chave do problema reside no padrão de desenvolvimento dependente, subordinado aos interesses do capital internacional e baseado na cópia das pautas de consumo das economias centrais. É necessário um estilo de desenvolvimento que coloque em primeiro plano o atendimento das necessidades sociais das camadas desfavorecidas da população. Para isso é necessário:

- reorganizar a indústria para produzir bens com a qualidade que o povo precisa;
- estimular iniciativas de economia solidária como forma de apoiar e reforçar os empreendimentos dos próprios trabalhadores e trabalhadoras;
- não consumir produtos de empresas que financiam guerras, destruição ambiental e maltratam seus trabalhadores.

7. Um Estado a serviço da maioria

Evidentemente, uma política econômica alternativa exigiria uma profunda mudança na correlação de forças. Portanto, as forças populares devem evitar o equívoco de acreditar em “milagres” do governo Lula – ou de qualquer governo – e desperdiçar a rica oportunidade histórica de debater um Novo Projeto para o Brasil.

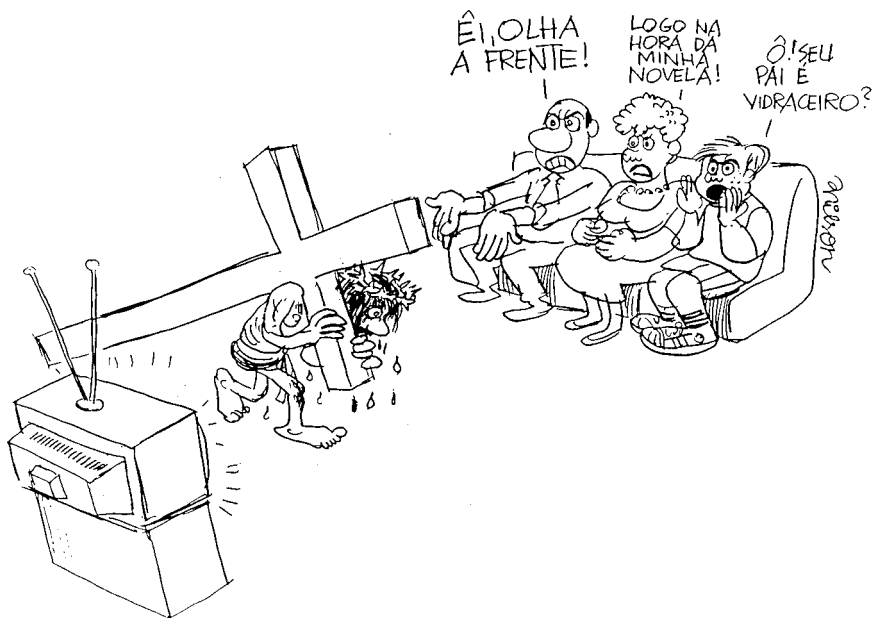
A abertura de novos horizontes para o povo brasileiro depende da construção de uma correlação de forças que permita a superação dos gigantescos bloqueios que condenam a sociedade brasileira à dependência e ao subdesenvolvimento: o jugo das finanças internacionais sobre a economia brasileira e o mando despótico da burguesia urbana e rural sobre a classe trabalhadora.

8. É preciso democratizar a informação

A maior parte do que vemos, ouvimos, sabemos gostamos ou sentimos, não nasce de nossa experiência direta de vida, nasce do que lemos nos jornais; do que a televisão mostra; do que os rádios dizem. Quem controla os jornais, as televisões e as rádios faz de tudo para controlar as nossas cabeças. No Brasil, apenas seis grandes grupos de empresários e políticos são donos de quase todas as redes de comunicação. Eles decidem o que podemos ver, ouvir e saber. É um controle silencioso, feito aos poucos, todos os dias. Nem sentimos esse controle das nossas mentes, pois nos acostumamos a ele. As televisões apresentam muita vulgaridade e violência para rebaixar o nível do nosso povo. Escondem muito do que poderiam fazer para ajudar a compreender a realidade brasileira.

O que fazer?

- as redes de televisão e rádios devem ser democratizadas, ou seja, reorganizadas na forma de empresas públicas, a serviço da sociedade, para difundir informações verdadeiras, educação de qualidade e diversão saudável;
- a sociedade deveria poder influir, decidir na qualidade de sua programação e utilizar esses meios de comunicação como instrumentos de educação, de cultura de nosso povo, e não de alienação e vulgaridade como agora.
- democratização das verbas públicas publicitárias para os meios de comunicação impressos, de forma que o Estado não contribua na manutenção dos grandes monopólios, concentrando seus anúncios nos grandes veículos, como faz hoje, mas atue garantindo a pluralidade da informação;
- incentivar as rádios comunitárias, como instrumento de comunicação local e regional.



9. É preciso democratizar a saúde, a educação e a cultura

Um povo que não tem acesso à educação e à saúde e que vê sua cultura ser destruída é um povo incapaz de encontrar seus próprios caminhos de superação das desigualdades e injustiças. Para isso é necessário:

- rechaçar qualquer acordo nacional e internacional que promova a mercantilização da saúde e da educação, do conhecimento, da ciência e tecnologia, particularmente o relativo ao comércio e serviços da OMC;
- recusar programas de ajuste estrutural que pressionam os governos a dismantlar os serviços públicos;
- rechaçar a ingerência das empresas nacionais e multinacionais nos sistemas de educação e de saúde públicas;

- exigir a igualdade de gênero no acesso à educação, à saúde e aos espaços de decisão de políticas públicas;
- promover ações contra o racismo e contra as diferenças de classe social;
- apresentar aos governos nacionais uma agenda que priorize programas para a eliminação do analfabetismo, pela inclusão educacional da população mais excluída e contra a exploração do trabalho infantil;
- defender uma forma de educação profissional que recuse a lógica da empregabilidade e inclua as dimensões ética, estética e política.
- garantir o direito e o acesso à cultura, de participação nas atividades culturais que elevem o nível de conhecimento da população.
- garantir o direito a um lazer saudável e digno.

10. Fazer uma auditoria da dívida pública

Frente ao processo de endividamento, precisamos saber como surgiu toda essa dívida pública? Quanto já pagamos e quanto ainda devemos? Realmente devemos? Quem contraiu tantos empréstimos? Onde foram aplicados os recursos? Esse endividamento significou algum benefício para o povo brasileiro? O que foi feito diante de tantas ilegalidades e ilegitimidades desse processo?

Essas são algumas das perguntas que o grupo de estudos da “Auditoria Cidadã da Dívida” – Campanha Jubileu Sul – procura responder. O objetivo da auditoria é dissecar o processo de endividamento do País, revelar a verdadeira natureza da dívida e, a partir daí, promover ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa.

A auditoria da dívida externa está prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988, no artigo 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mas até hoje não foi cumprida. No ano 2000, mais de 6 milhões de brasileiros participaram do Plebiscito da Dívida Externa e votaram NÃO à continuidade do pagamento da dívida

sem antes realizar a auditoria prevista na Constituição Federal.

Em novembro de 2004, a OAB decidiu ingressar no Supremo Tribunal Federal (STF) com ação para obrigar o Congresso Nacional a instalar Comissão para realizar auditoria da dívida externa.

As ilegalidades de nossa Dívida – A origem da dívida atual pode ser explicada a partir da década de 70. Contratos haviam sido assinados pelos governos militares da época admitindo-se juros flutuantes, o que permitiu aos credores aumentarem livremente as taxas de juros, que saltaram de patamares em torno de 5% ao ano para mais de 20% ao ano, provocando a multiplicação do valor da dívida externa. Esse aumento unilateral das taxas de juros é considerado ilegal pelo Direito Internacional.

Assim, o Brasil enviou ao exterior, de 1979 a 2003, a título de juros e amortizações da dívida externa, US\$ 170 bilhões a mais do que recebeu de empréstimos, e a dívida se multiplicou por quase cinco, tendo chegado a US\$ 235 bilhões em 2003. Caso os credores não tivessem aumentado abusivamente as taxas de juros, a quantia que enviamos para o exterior teria sido suficiente para quitarmos a dívida em 1989, e ainda seríamos credores de US\$ 100 bilhões.

Nos anos 90, a sustentação do Plano Real se ancorou na atração de capitais estrangeiros para o financiamento das importações, mas o governo também se endividou em moeda brasileira, emitindo títulos da dívida interna que remuneravam investidores brasileiros e estrangeiros com as taxas de juros mais elevadas do planeta. Assim, a dívida interna também se multiplicou.

Participe da Auditoria Cidadã da Dívida

Um importante objetivo da Auditoria Cidadã da Dívida é a verificação da correta aplicação dos recursos dos empréstimos. Para isso, é fundamental a participação de economistas, advogados, estudantes e membros de comunidades locais na verificação dos projetos financiados, tais como estradas, pontes, projetos de assentamento rural etc, certificando que tais obras realmente foram concluídas. Esse trabalho já tem sido feito em alguns estados e, para participar, contatar a Coordenação da Auditoria Cidadã da Dívida, no tel (61) 218-5276.

11. É preciso uma política que garanta a igualdade para as mulheres

As mulheres são as mais pobres, têm o maior índice de desemprego, não têm sua qualificação reconhecida no mercado de trabalho e, em todas as situações, recebem menos que os homens para os trabalhos equivalentes. A situação de violência doméstica e sexual vivida pelas mulheres é alarmante: a cada 15 segundos uma mulher é agredida. Entre as mulheres, é muito alto o número de mortes evitáveis, principalmente a mortalidade materna, devido a falta de assistência à saúde. Para as mulheres negras, camponesas e indígenas a desigualdade é ainda maior.

Por isso, combater a desigualdade das mulheres exige:

- políticas sociais universais, distribuição de renda, reforma agrária;
- um modelo voltado para o consumo interno das massas, sustentável, com equilíbrio entre produção e reprodução, decidido de forma soberana e democrática;
- políticas concretas que ampliem a autonomia das mulheres, alterem a divisão sexual do trabalho, assegurem o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos, combatam todo tipo de violência, em especial a violência doméstica e sexual, e a discriminação, sobretudo, a por orientação sexual.

A história do Brasil ensina que só a pressão social de baixo para cima é capaz de promover os interesses das classes populares. Logo, não pode haver ilusão. O povo brasileiro não deve esperar nenhuma transformação social que ele não possa conquistar com as próprias mãos.



”No Brasil, sempre se seguiu a rotina de privilegiar os privilegiados, sem tentativas frutíferas de intervenção programada na distribuição da renda. Mantêm-se níveis salariais os mais baixos possíveis, como desvalorização brutal do trabalho e intensa exclusão social. Com isso, atribui-se aos pobres os custos de sua reprodução. O trabalhador superexplorado gera outros trabalhadores na mesma condição e o miserável multiplica o número de miseráveis”

Florestan Fernandes

O QUE É UMA *ASSEMBLÉIA POPULAR*

A idéia de uma prática política sistemática com base na “Assembléia Popular” nasce da busca por garantir uma forma democrática de organização da vida social. Já imaginou se em cada bairro, zona administrativa, cidade, comunidade rural, existisse um espaço onde cada cidadão e cidadã pudesse dar sua opinião sobre assuntos como a gestão da saúde, da educação, da política externa do país, das agendas a serem cumpridas pelos governos, etc? Onde as pessoas que participassem com regularidade e pensando com sua própria cabeça fossem os principais sujeitos de definição das políticas públicas? Estabelecendo prioridades e acompanhando o processo de execução, não apenas do ponto de vista do orçamento público, mas sobre a própria natureza dessas políticas públicas? A missão desses espaços de democracia direta é o de tomada de decisões, e não apenas um espaço opinativo.

A palavra democracia muitas vezes não representa a realidade, na qual uns poucos pensam, decidem e mandam em nome de um poder que lhes foi conferido um dia pelo voto. A democracia representativa deveria ser a forma mais legítima de administração dos interesses de todo o povo. Porém, sabemos que a prática é bem diferente da teoria.

Muitas vezes, a democracia, que deveria ser o governo do povo, a serviço do povo, acaba se tornando um governo sem o povo.

Os que têm uma cabeça conservadora dizem que a solução é um governo autoritário. Mas para o povo só interessa um governo onde ele possa opinar, defender os interesses do conjunto e decidir o que achar mais útil para si e para a coletividade. Esse tipo de democracia é chamada de democracia participativa, uma democracia de verdade.

É possível o povo delegar seu poder para alguns como seus representantes. Mas é preciso que sejam cumpridas muitas condições. A primeira é que o povo seja informado com franqueza sobre o que os

eleitos por ele estão fazendo. A segunda é que os mandatos obtidos pelo voto possam ser revogados quando o eleito não cumprir suas obrigações com o eleitor. Há muitas outras condições a serem observadas para se vivenciar uma verdadeira democracia. Uma das formas encontradas para garantir uma democracia efetiva são as Assembléias Populares.

As Assembléias Populares são o espaço onde o povo pode dar sua opinião, sugerir, e, finalmente, aprovar decisões de seu interesse e da comunidade. É ali que a população deve discutir os problemas das suas vidas, do seu bairro, da cidade e do País.

Os que forem eleitos como seus representantes deverão aplicar o que foi decidido de forma coletiva e viabilizar o que representa a vontade do povo. Decisões sobre saúde, educação, serviços públicos, organização da cidade e do Estado devem ser discutidas da forma mais ampla possível.

Esse é o sentido das Assembléias Populares. São reuniões onde o povo, junto com aquelas pessoas que elegeram para representá-lo, discute o destino de um bairro, o destino da sua cidade e mesmo o destino do nosso País.



O povo sabe o que falar e fazer?

Para poder construir este tipo de Democracia Popular, que combina a democracia direta, nas mãos do povo, com a democracia representativa não é fácil.

Isso exige que o povo se prepare, que estude os problemas coletivos. Exige que o poder público faça um trabalho de informação, de esclarecimento e de formação política do povo. Sem informação não há participação. Há, sim, massa de manobra nas mãos de políticos que querem se aproveitar do povo.

O sentido da política é servir ao povo, aos interesses do povo. Hoje, a gente vê que a maioria dos políticos está nos cargos para os quais foram eleitos sem nenhum contato, diálogo, debate ou prestação de contas com aqueles que os elegeram. As eleições, da forma como costumam acontecer, acabam sendo uma manipulação do voto dos eleitores. Para termos uma verdadeira democracia, é preciso mudarmos completamente as leis e a prática que, hoje, regem a nossa vida política.

E o passo inicial para se fazer esta mudança é devolver a voz ao povo. As Assembléias Populares podem ser esse passo em direção a um novo caminho, numa construção política coletiva que tenha como base ouvir o que o povo pensa e quer.

Para isso, para esse início de caminhada, é necessário propiciar ao povo informações e estimular a participação. A população informada, esclarecida e estimulada a participar vai dizer o que sente, o que precisa, o que quer. Vai estabelecer quais são as prioridades para o seu bairro, para a sua cidade, para o seu estado, para o nosso país. E isso tudo deverá acontecer em reuniões coletivas, com muita gente participando. Estas são as Assembléias Populares.

O Plebiscito Contra a ALCA: um exemplo de democracia.

O cientista político italiano Norberto Bobbio diz que “a democracia não cumpriu as suas promessas e, por isso, necessita ser reinventada”.

Experiências desta democracia reinventada foram o Plebiscito sobre a Dívida Externa e o Plebiscito sobre a ALCA, realizados em 2000 e 2002, respectivamente. Foram iniciativas tomadas pela Rede Jubileu Sul, em conjunto com igrejas e movimentos sociais de todo o Brasil, que ouviu a opinião de mais de 6 milhões de votantes, no primeiro Plebiscito, e de mais de 10 milhões, no segundo.

Estes dois Plebiscitos aplicaram o princípio da democracia popular. Com a participação de milhares de militantes e ativistas voluntários, foi organizada uma ampla campanha de esclarecimento e de formação política. Em milhares de pequenas reuniões se discutiu o significado da dívida pública (externa e interna) e do projeto dos EUA de criar a ALCA. Foram vistos os prejuízos que tanto a dívida como a ALCA trazem para o Brasil. No final, foram organizados Plebiscitos livres e não-oficiais, mas que recolheram, nos dois momentos em que foram realizados, a opinião de milhões de cidadãos e cidadãs em todo o país. Foram esforços e exemplos de construção do verdadeiro poder popular. Foram experiências de controle, por parte do povo organizado, sobre as políticas de governo.

Com essas consultas massivas, a Campanha colocou nas ruas assuntos de extrema importância para o povo brasileiro, como a dívida externa e a ALCA. Estabeleceu, assim, uma prática intensa de debates, estudos, produção de materiais didáticos, peças de teatro, músicas, poesias, vídeos etc. Foi um exercício prático de formação e informação dos setores populares.

Com estes Plebiscitos, foi criada uma grande movimentação em torno de temas que dizem respeito diretamente a cada um e cada uma de nós. Esse é o caminho. Sabemos que os meios de comunicação estão a serviço da classe que sempre dominou o nosso país e simplesmente não tratam dos temas de interesse da grande maioria da população. Não querem que o nosso povo se esclareça. Quando tratam de algum tema que diz respeito ao povo escondem a verdade ou a falsificam. No caso da dívida e da ALCA, sempre estão do lado dos que favorecem os interesses de quem se beneficia com a dívida externa ou com a dependência do Brasil às multinacionais e ao Império Estadunidense.

Multiplicar as Assembléias Populares e a organização do povo

O povo precisa se organizar para defender seus interesses fundamentais. Isso exige a participação democrática de todos. Só assim poderemos ter uma organização para discutir, apresentar soluções e alternativas. Poderemos decidir estratégias e táticas para mudar a situação de opressão e exploração na qual vive a grande maioria do povo brasileiro.

Não podemos nos iludir pensando que o sistema capitalista no qual vivemos vai garantir a vontade do povo. Essa é uma ilusão. Não podemos esperar que os vitoriosos nas eleições, da maneira que esses processos ocorrem, automaticamente defendam os interesses do povo. Os vereadores, deputados, senadores e todos os que assumem cargos no Executivo devem estar sempre junto com a população que os escolheu. Eles devem participar das Assembléias Populares e, depois, implementar o que o povo decidir. É uma proposta de inversão da prática política atual.



Como Organizar Uma Assembléia Popular

Para organizar uma Assembléia Popular, é importante cuidar de uma série de aspectos que deverão garantir que ela atinja os seus objetivos. Ela pode ser organizada por área geográfica (bairro, cidade, região, etc) ou pode ser organizada por temas como moradia, reforma agrária, violência urbana, movimento de mulheres, indígenas, movimento negro etc.

Os aspectos mais importantes envolvidos na realização de uma Assembléia Popular são:

1. a preparação;
2. a mobilização;
3. a data e o local;
4. as equipes de trabalho;
5. a organização do dia;
6. a continuidade do processo.

Preparação

É fundamental, para se preparar uma Assembléia Popular, que um grupo se reúna para planejar cada aspecto envolvido na sua realização. Este grupo deverá pensar:

- na melhor data para a Assembléia Popular;
- no local mais apropriado;
- na divulgação do evento;
- na divisão de tarefas entre os membros do grupo;
- na coordenação do dia;
- na preparação de materiais que irão subsidiar os debates;
- no convite aos palestrantes;
- na avaliação e na continuidade do processo.

O que deve perpassar toda a preparação é a busca da maior

participação possível da população que pretendemos atingir, fornecendo a ela informações para os debates e uma dinâmica de trabalho que garanta a palavra de cada um/uma, assim como mecanismos democráticos e consensuais de deliberação.

Mobilização

Para a mobilização, é importante ter clareza da população que queremos envolver com a Assembléia Popular, das formas de chegar até ela e como.

É importante se atentar em atingir a população com informações claras sobre a importância política do tema a ser discutido e da sua participação nele.

É importante também definir as estratégias de comunicação: por carta, cartaz, panfleto, rádio comercial, rádio comunitária, televisão, *out-door*, carro de som, Internet, avisos orais etc.

Neste sentido, é preciso pensar as estratégias de comunicação dentro dos prazos que antecedem a realização da Assembléia Popular, para que as pessoas fiquem informadas, mobilizadas e dispostas a participar com a antecedência necessária.

Data e Local

Para planejar uma Assembléia Popular é importante definir uma data e um local apropriados para o que se pretende realizar. A data deve ser um dia e horário quando houver a maior disponibilidade possível dos potenciais participantes, mulheres, homens, trabalhadores, jovens, idosos, pessoas das mais variadas crenças e religiões, estudantes, desempregados/as etc. O horário é importante na medida em que viabiliza as pessoas participarem e voltarem para suas casas sem transtorno.

O local deve ser central para o conjunto de potenciais participantes, de fácil acesso por transporte público. As dimensões também devem ser condizentes para o público planejado, que

garanta a escuta, a fala e o debate por parte de todos/as. É importante se organizar espaços onde os filhos/as crianças dos participantes possam ficar, em atividades de cunho pedagógico e lúdico.

A ambientação do local também é importante para que as pessoas se sintam acolhidas, confortáveis, sem esquecer de se fazer uma decoração com símbolos das lutas e aspirações populares, dos nossos heróis, mártires, assim como símbolos das organizações populares como bandeiras, cartazes, fotografias etc.

Equipes de Trabalho

É importante que o grupo organizador da Assembléia Popular forme equipes de trabalho para que todos os aspectos organizativos sejam bem cuidados e o próprio evento seja fruto de um esforço coletivo.

Desta forma, é importante se constituir, pelo menos:

- equipe de mobilização;
- equipe de finanças;
- equipe de comunicação;
- equipe de contatos;
- equipe de ambientação;
- equipe de som;
- equipe de animação;
- equipe de subsídios;
- equipe de limpeza;
- equipe de trabalho com as crianças;
- equipe de alimentação;
- equipe de transporte;
- equipe de segurança;
- equipe de saúde;

- equipe de credenciamento;
- equipe de registro e sistematização.

O próprio processo de organização, mobilização e realização da Assembléia Popular por meio de equipes de trabalho deve ser um processo pedagógico, que envolve e traz para a organização mais e mais pessoas dispostas a se engajar com maior profundidade nas lutas sociais. Portanto, as equipes de trabalho devem ser abertas para a participação de pessoas interessadas até no próprio dia da realização do evento.

Organização do Dia

É importante que a Assembléia Popular tenha sua organização bem planejada, em cada detalhe:

- horários;
- dinâmicas;
- coordenadores;
- intervalos;
- místicas;
- subsídios;
- equipamento;
- alimentação.

O bom andamento e a realização dos objetivos de uma Assembléia Popular vai depender do cuidado que se tiver com os seus detalhes organizativos. Falhas nesses detalhes podem comprometer todo o esforço coletivo empenhado e prejudicar os seus resultados.

Continuidade do Processo

É importante que se planeje uma Assembléia Popular e que, desde logo, também se pense a sua continuidade. Para tanto, é fundamental que se marque um momento de avaliação da

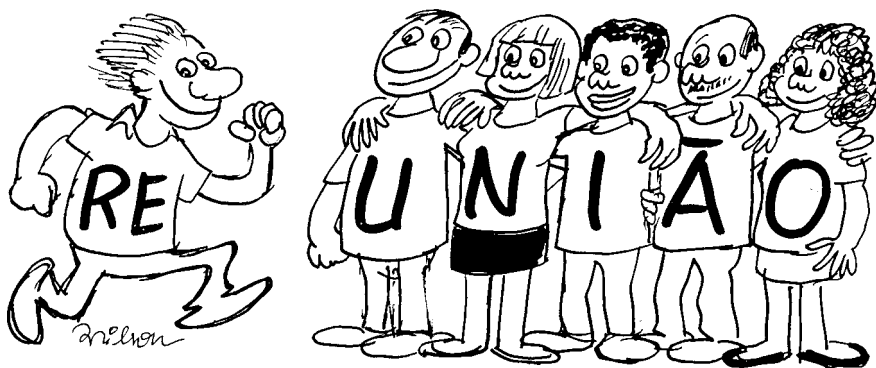
Assembléia com todas as pessoas envolvidas na sua preparação e realização.

A partir dessa avaliação é possível se planejar os próximos passos a serem dados, no trabalho de base, no trabalho de formação, nas mobilizações populares, na organização de grupos, na ampliação e melhor estruturação do movimento local como um todo.

Assembléia Popular: Que Brasil nós queremos?

No final desta cartilha, vocês vão encontrar um questionário para o mutirão de trabalho de base que deverá ser realizado entre os meses de maio e junho nas escolas, residências, sindicatos locais, pequenas reuniões, universidades, ou outras formas de reunir as pessoas e conversar sobre *Que Brasil nós queremos?* No questionário, estará sendo perguntado sobre os principais problemas do país e da cidade do entrevistado, assim como as soluções propostas.

As respostas recolhidas devem ser organizadas e apresentadas durante as Assembléias Populares locais, estaduais e nacional. É uma forma concreta de fazer valer a opinião de um número significativo de pessoas, além, é claro, das que estarão participando das Assembléias.



EXIGÊNCIAS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NOS DESTINOS DO PAÍS

São enormes os desafios para a construção de um Brasil livre, justo, soberano e plenamente democrático. Como vimos, nossos problemas como povo brasileiro são grandes, seculares e estruturais e a classe dominante, embora pequena, é extremamente conservadora e aferrada a seus interesses. Os setores populares, embora amplamente majoritários e organizados num grande número de movimentos, no campo e na cidade, em todas as regiões do país, possuem muitas dificuldades para fazer valer seus direitos.

Nosso sistema político, baseado na chamada “democracia representativa”, vem mostrando cada vez mais seus limites. As elites nacionais e internacionais, com seu poder econômico e político, influenciam, controlam ou simplesmente determinam o que devem fazer os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Os critérios da representatividade e da igualdade de direitos caem por terra frente ao poder avassalador dos recursos econômicos, dos *lobbies* empresariais, das leituras dos meios de comunicação de massa sempre de acordo com a classe dominante. Junto com o poder financeiro, o poder ideológico das elites se infiltra nos três poderes da República e faz deles seus instrumentos de dominação de classe.

Portanto, já é hora de começarmos a pensar e praticar alternativas políticas a essa situação, na perspectiva de construção do Brasil que queremos. Um instrumento fundamental para essa nova construção são as Assembléias Populares – nelas, os setores populares poderão exercer livremente seu direito à informação, ao debate e à participação nos assuntos que dizem respeito, tanto à sua vida cotidiana como à vida nacional.

O exercício de participação nas Assembléias Populares irá

potencializar cada vez mais o povo brasileiro na sua capacidade organizativa e na sua formação política. A articulação desta força social organizada com mecanismos de intervenção no interior do nosso sistema de representação política poderá constituir o contrapeso necessário ao poder da burguesia nacional e internacional.

Radicalizar a democracia; defender, garantir e conquistar direitos; construir uma nação de acordo com as necessidades e anseios das maiorias populares em nosso país – tudo isso será possível se inventarmos novas formas de participação popular em todo o Brasil.

Este é o grande desafio colocado diante de nós.



PROPOSTAS DE AÇÃO E CALENDÁRIO

Março

- 08 – Mobilização e luta das Mulheres
- 11 a 13 – Encontro Nacional de Formadores da Campanha Contra a ALCA e o Livre Comércio (*Local descentralizado – São Paulo, Goiânia, Recife e Belém*)
- 19 e 20 – Dia de Mobilização e resistência contra as guerras e pela retirada das tropas militares do Iraque

Mês intensivo para a coleta de assinaturas da Campanha pelo direito ao Plebiscito Popular (Regulamentação do Artigo 14 da Constituição Federal)

Abril

- 03 a 09 – Missão de solidariedade e denúncia da situação que se encontra o Haiti após a chegada dos militares ao país.
- Encontros Estaduais de Formação, plenárias da Campanha Contra a ALCA dentro dos eixos (OMC, ALCA, Livre Comércio, Dívida, Amazônia, e Desmilitarização)
- 08 a 10 – 7º Encontro Nacional dos Articuladores/as do Grito dos Excluídos – São Paulo
 - 10 a 16 – Semana da Ação Mundial contra o neoliberalismo e as transnacionais (pichações, ações contra as transnacionais, campanha pelo plebiscito, feiras de debate com a sociedade). Intensificar no dia 15 de abril.
 - 15 – Atos nas capitais da Semana de Ação Mundial e lançamento da Marcha da Via Campesina (concentração

conjunta nas capitais)

- 17 – Ato pela Reforma Agrária em Goiânia
- 18 – Lançamento Marcha da Via Campesina e Atos Político pela Reforma Agrária e contra o Neoliberalismo – onde buscaremos intensificar o debate com a sociedade sobre os temas ligados a Reforma Agrária e os eixos da Campanha contra a ALCA, Livre Comércio, Dívida e outros.
- 26 a 30 – Encontro Hemisférico de luta contra o Livre Comércio/ALCA/TLC's em Cuba

Maio

- 01 – Dia do Trabalhador
Ato na chegada da Marcha da Via Campesina em Brasília
- Mutirão de consulta ao povo brasileiro - Questionário “Que Brasil nós queremos”?

Junho

Assembléias populares “Que Brasil nós queremos?” sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Julho

Assembléias populares “Que Brasil nós queremos?” sobre o Modelo Econômico nos Municípios

Agosto

Assembléias populares “Que Brasil nós queremos?” sobre o Modelo Econômico Estaduais

Setembro

Atividades preparatória para o Grito e também para a Assembléia Popular Nacional

01 a 07 – Semana da Pátria e Grito dos Excluídos

19 a 21 – Assembléia Popular Nacional “Que Brasil nós queremos?” sobre o Modelo Econômico – Brasília

Outubro

12 – Grito dos Excluídos Continental

12 a 17 – Jornada Mundial das Mulheres

20 a 23 – Seminário Nacional da Semana Social Brasileira – CNBB

Novembro

Cúpula das Américas e Cúpula dos Povos das Américas na Argentina

Dezembro

Ministerial da OMC em Hong Kong

QUESTIONÁRIO PARA O MUTIRÃO DE TRABALHO DE BASE “QUE BRASIL NÓS QUEREMOS”?

CAMPANHA BRASILEIRA CONTRA A ALCA

Nome do grupo / pessoa(s):

Grupo / família de quantas pessoas:

Endereço:

1. Qual é o principal problema daqui da região onde você(s) moram?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

2. E quais são os 5 principais problemas que o povo brasileiro enfrenta hoje?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

3. Por que eles acontecem? Qual a causa?

4. Pelo que você(s) sabe(m) ou ouviram falar, o que o governo tem feito para resolver esses problemas?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

5. E se você(s) fosse(m) governo, o que você(s) faria(m) para resolver esses problemas?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

6. Pelo que você(s) sabe(m), o que é a ALCA?

1º _____

2º _____

3º _____

4º _____

5º _____

7. Na sua opinião, quem vai se beneficiar mais com o livre comércio entre as Américas (*ver alternativas abaixo*):

- a) o povo do Brasil () b) o povo dos Estados Unidos ()
- c) as empresas do Brasil () d) as empresas dos Estados Unidos ()
- e) não sabe ()

8. O que você acha que o governo brasileiro deveria fazer em relação à ALCA?

- a) sair das negociações imediatamente ()
- b) seguir negociando ()
- c) assinar o acordo da ALCA com os Estados Unidos ()

9. A Campanha Brasileira contra a ALCA organizou um plebiscito em 2002, no qual mais de 10 milhões de brasileiros votaram, e 90% votou contra a ALCA. O que você acha que a Campanha contra a ALCA deve fazer de agora em diante?

10. O Brasil envia todos os anos mais de 50 bilhões de dólares para o exterior. Mesmo assim, continuamos devendo 230 bilhões de dólares. Portanto, o povo brasileiro já pagou mais do que devia, e deveria cobrar essa dívida. O que você acha que se deveria fazer em relação à dívida externa?

Metodologia

1. Esse questionário é apenas um guia para ajudar o debate das questões, informar o povo, e elevar o nível de politização.
2. Ele pode ser usado em visitas as famílias, nos bairros, ou ser aplicado em grupos de debate nas paróquias, sindicatos, igrejas, colégios.
3. Podemos também organizar grupos de discussão em assembléias e reuniões de instâncias de movimentos.
4. Ele deve ser aplicado durante todo o mês de maio e junho.
5. Depois de organizado o debate, deve-se ter um grupo por município, para reunir as respostas e sistematizar algumas conclusões, para termos um “termômetro” sobre o que o povo está pensando.
6. Devemos apresentar o resultado colhido nesse debate, de forma resumida, nas Assembléias Populares municipais que vão acontecer em junho e julho.
7. Depois, a soma de cada município deve ser apresentada nas Assembléias Populares estaduais que acontecerão em agosto.
8. Em cada município do estado, a Campanha contra a ALCA deve organizar um grupo de formadores, que vai analisar as respostas.
9. O principal é que o questionário seja reproduzido e aplicado no maior número possível de espaços e movimentos sociais e no maior número possível de municípios e bairros das grandes cidades.
10. Organizar, no município e no estado, um cadastro com nome, endereço e e-mail das pessoas ou grupos que participaram para continuar enviando material sobre a ALCA. Também devemos mantê-los informados sobre as assembléias e mobilizações que ocorrerão nos estados.